

Ata da Reunião do Conselho

A T A N ° 077/2000/CET - 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 31 de maio de 2000, com início às 16:00 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do trabalho, à Rua da Glória nº 205, 8º andar, com a presença do Presidente José Carlos Gomes Carvalho e dos Conselheiros titulares José Carlos Pinhatti, Edson José Augusto, Heitor Rubens Raimundo, Paulo Santos Bastos, Alberto Gomes dos Santos, João Batista Correa, Sinval Zaidan Lobato Machado, Aparecido Domingos Errerias Lopes, Valmor Weiss e dos Conselheiros suplentes, José Carlos Trizotti, Ademir Mueller e Luiz Sérgio Wozniak, contando também com a presença de Newton Sérgio Ribeiro Grein, Diretor Geral/SERT, Paulo Roberto I. Lopes, Chefe de Gabinete, Luiz Alberto Scotti, Coordenador da Coordenadoria do Seguro Desemprego, Ana Rosa Vicente e Fátima Regina Martins Siqueira, Assessoras Técnicas da Coordenadoria, Antônio Diniz, Assessor de Imprensa, Nircélio Zabot, Coordenador de Formação Profissional, Ana Maria Macedo, Diretora da ULT, Rachel Feldmann, Assessora Jurídica da SERT, Samir Cury Eide, Presidente do Conselho Municipal do Trabalho de Londrina, Manoel Pacífico da Costa, Secretário Executivo do Conselho Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais, Silmara do R. Cruz, Gerente da Agência do Trabalhador de São José dos Pinhais, José Maurino de Oliveira Martins Secretário Executivo do CET, e demais signatários da lista de presença, reuniu-se o CET, em sua 62ª Reunião Ordinária, para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta: 1) Apreciação da ata n ° 076/00-CET, 2) Apreciação e homologação dos Projetos Remanescentes do PEQ/2000, 3) Apreciação da proposta de Criação do Grupo Temático : Economia Solidária/Microcrédito, 4) Relato da Coordenadoria de Seguro Desemprego, 5) Relato do Presidente do Conselho Municipal de Londrina, 6) Relato do Presidente do Conselho Municipal de São José dos Pinhais, 7) Informes Gerais.

Abertura: O Presidente José Carlos Gomes Carvalho abriu a reunião saudando a todos os presentes, disse da satisfação de estarmos inaugurando a sede nova da Secretaria, e que esta empreitada não foi fácil. Enfatizou que neste novo prédio somente não foi possível instalar a ULT, mas que as demais Coordenadorias da SERT estão todas juntas e muito bem instaladas. Informou que a sala de reuniões do CET deverá receber até a próxima reunião algumas melhorias. Comentou sobre as recentes notícias de corte de recursos do FAT em outros Estados, salientando que graças à agilidade do trabalho do Paraná, que foi o primeiro Estado a assinar o Convênio, receber os recursos e fazer o repasse para as entidades executoras, o MTE não deverá fazer qualquer corte, e que o Paraná continua lutando por uma suplementação de recursos. Destacou que tem orientado constantemente o corpo técnico da SERT para que as ações sejam sempre dentro das normas e princípios estabelecidos pelo MTE/CODEFAT, até porque não quer ver nenhuma ação sendo questionada na justiça. Informou aos Conselheiros que em qualquer momento solicitou ao corpo técnico da SERT para que atendesse um pedido especial do Secretário, a não ser para que fossem cortados recursos que seriam destinados a uma entidade à qual é diretamente ligado. Informou que um Deputado Federal solicitou informações a respeito das verbas recebidas do FAT desde 1995, sendo que a SERT prontamente atendeu o pedido enviando a Brasília todos os documentos solicitados, e diante deste fato, recomendou aos técnicos da casa o máximo cuidado na gestão desses recursos.

Item 01 - Apreciação da ata n° 076/00-CET

- José Carlos Gomes Carvalho colocou em discussão a aprovação da ata N° 076/00-CET da 61ª Reunião Ordinária do dia 26 de abril de 2000, a qual foi aprovada por unanimidade sem ressalva.

Item 02 – Apreciação e Homologação dos Projetos Remanescentes do PEQ/2000

- José Carlos Pinhatti informou que a comissão se reuniu no dia de hoje para analisar os projetos apresentados pelo SEBRAE e FETAEP e após a análise, recomenda a aprovação dos dois projetos apresentados, os quais já têm parecer favorável da CFP e da Assessoria Jurídica da SERT. Ressaltou que no projeto apresentado pelo SEBRAE a comissão recomendou o retorno do projeto para a CFP no sentido de serem ajustados alguns procedimentos quanto à norma legal, após o que o projeto deve seguir para publicação de dispensa de licitação e posterior assinatura do contrato. Quanto ao projeto apresentado pela FETAEP, Programa de apoio às atividades voltadas ao mundo do trabalho rural paranaense, a comissão recomenda a utilização de recursos via ULT do Convênios SPES/CODEFAT e via recursos do SEFOR, com aprovação pelo CET, num total de R\$ 15.484,80 (quinze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) do PLANFOR.

- José Carlos Gomes Carvalho colocou a proposta da comissão em discussão, sendo a mesma aprovada por unanimidade através da assinatura da Resolução 139/00-CET. Informou que o SEBRAE apresentou um relatório sobre o Brasil Empreendedor e destacou que até o momento já foram aplicados 6,8 bilhões de reais, recursos que devem criar muitos empregos no Paraná.

Item 03 – Apreciação da proposta de Criação do Grupo Temático : Economia Solidária/Microcrédito,

- Heitor Rubens Raimundo informou que esta proposição de pauta foi feita pelo Conselheiro José Daniel da CUT e como o mesmo não estava presente e os subsídios para a discussão não estavam prontos solicitou a retirada do assunto da pauta, ficando o mesmo a ser discutido na próxima reunião. A proposta foi acatada pelos demais Conselheiros.

Item 04 – Relato da Coordenadoria de Seguro Desemprego

- Luiz Alberto Scotti iniciou sua apresentação fazendo algumas considerações, ressaltando que o Seguro Desemprego é um benefício à disposição dos trabalhadores, sendo uma ajuda financeira com objetivo fundamental de recolocação do desempregado no mercado de trabalho ou a melhoria na condição profissional através dos cursos de qualificação profissional. Informou que o benefício tem como unidade pagadora a Caixa Econômica através de recursos do FAT, e a habilitação acontece nas Agências do Trabalhador e Delegacia Regional do Trabalho. Informou que a Coordenadoria de Seguro Desemprego, da qual é Coordenador, tem a função de gerenciar o benefício do Seguro Desemprego e apresentou as Assessoras Técnicas Sra. Fátima Regina Martins Siqueira e Ana Rosa Vicente. Enfatizou que enquanto o Estado recebe 14 milhões de reais para aplicar em Qualificação Profissional durante todo o ano, somente no Seguro Desemprego o Estado recebe mais de 20 milhões a cada mês. Diante deste grande volume de recursos, a Coordenadoria de Seguro Desemprego estabeleceu sua missão, que é de agilizar e ampliar o atendimento e neste sentido estamos atendendo em 115 postos devidamente informatizados e integrados. Um outro objetivo era o de reduzir o tempo para o trabalhador receber o benefício, ou recolocá-lo no mercado de trabalho ou ainda encaminhá-lo para um curso de Qualificação Profissional. Com o sistema integrado a SERT está otimizando os recursos do FAT, ou seja, antes de encaminhar o pedido de seguro desemprego do trabalhador verifica-se se não existe uma vaga no mercado de trabalho para recolocá-lo resultando em grande economia, que poderia ser revertida para o Estado em forma de Qualificação Profissional. Informou que de janeiro a março de 2000 houve um decréscimo de 10% no total de requerentes formais, comparando-se ao período idêntico de 1999, o mesmo acontecendo com os pagamentos do benefício. Enfatizou que os dados do Seguro Desemprego não refletem diretamente os índices de desemprego, mas apontam uma tendência. Informou que o Seguro Desemprego não atende somente os trabalhadores formais, mas também ao Pescador Artesanal e Bolsa Qualificação. Informou que de janeiro a março de 2000 foram pagos 65,3 milhões de reais em benefício do Seguro Desemprego perfazendo um média de 21,8 milhões/mês, sendo que no

mesmo período de 1999 foram pagos 59,4 milhões de reais numa média de 19,8 milhões/mês. Informou que conforme dados da DATAMEC no Paraná a taxa de habilitação dos trabalhadores que dão entrada no pedido de Seguro Desemprego através das Agências do Trabalhador o aproveitamento é de 99,04%, contra uma taxa a nível nacional de 97,54%. A SERT através das Agências do Trabalhador atende 93% da demanda do Estado, enquanto a nível nacional as demais Secretarias/SINES são responsáveis por apenas 37% da demanda, ficando a Caixa Econômica e as DRTs responsáveis pelo maior parte do atendimento. Enfatizou que a Caixa Econômica há 4 anos fazia o atendimento de 80% da demanda no Estado do Paraná e que, enquanto na média nacional o tempo médio para habilitação dos Segurados no período de abril de 1999 a março de 2000 foi de 20 dias, no Paraná foi de 16 dias. Quanto ao perfil dos segurados na questão escolaridade, Luiz Alberto Scotti informou que 25,5% dos trabalhadores possui até a 4ª série completa, 67,4% possui até 8ª série completa, 22,4% possui 2º grau Completo e apenas 2,7% possui superior completo. Ressaltou, ao fazer um corte na questão de gênero, que os dados apresentam um percentual de 71,5% de homens com 8ª série completa contra 49,3 % das mulheres, já no 2ª grau completo este índice inverte para 16,7% para os homens e 35,5 % para as mulheres, ficando em 1,9% dos homens com superior completo para 4,8% das mulheres com superior completo. Porém um outro dado demonstra que mesmo as mulheres tendo uma escolaridade superior a dos homens a sua remuneração é sempre menor. No Paraná 23,9% dos segurados recebiam mais de 3 salários mínimos e 7,5% recebiam mais de 5 salários mínimo, enquanto a média nacional é de 27,3% recebendo mais de 3 salários mínimos e 9,6 % recebendo mais de 5 salários mínimos. Comparando a remuneração entre homens e mulheres no Paraná, temos 27,6% dos homens ganhando mais de 3 salários mínimos contra 15,4% das mulheres e 8,4% dos homens ganhando mais de 5 salários mínimos contra 5,6 % das mulheres. Outro perfil analisado é o tempo de emprego no último vínculo, o qual mostra que de 6 a 24 meses os trabalhadores do Paraná acompanham a média nacional. Com 24 meses e mais o Paraná tem 38,72% dos trabalhadores, enquanto a média nacional é de 40,29%. No Paraná enquanto 40,90% das mulheres ficam mais de 24 meses no emprego apenas 37,76% dos homens permanecem este tempo no emprego. Com relação a faixa etária dos trabalhadores, Luiz Alberto Scotti informou que a maior incidência está na faixa de 30/39 anos e 18/24 anos, e o Paraná acompanha a média nacional. Chamou a atenção para o fato de que enquanto a taxa de participação dos homens com 50 anos ou mais no mercado de Trabalho do Paraná é de 6,13%, a participação das mulheres é de apenas 3,72%.

- José Carlos Gomes Carvalho – agradeceu a brilhante apresentação do coordenador Luiz Alberto Scotti, solicitando que o Conselho fosse informado mensalmente sobre o desempenho do Seguro Desemprego, uma vez que estas informações são importantes para que o CET tome providências.

Item 05 – Relato do Presidente do Conselho Municipal de Londrina

- Heitor Rubens Raimundo, antes da apresentação do Presidente do Conselho Municipal de Londrina, registrou a presença de alguns chefes dos Escritórios Regionais da SERT, que estavam participando de uma reunião sobre o PEQ, e a convite do Conselheiro Heitor estavam participando dessa reunião.

- Samir Cury Eide, Presidente do Conselho Municipal de Londrina falou da satisfação em participar desta reunião, dizendo que o CMT de Londrina vem fazendo uma reflexão acerca do papel do Conselho Municipal do Trabalho no município. Informou que suas colocações seriam no sentido de estabelecer um diálogo entre o CMT e o CET, e que portanto não estava aqui para fazer críticas, mas apresentar algumas reflexões. Entende que o papel fundamental dos CMTs é o de democratizar a utilização dos recursos do FAT, onde em cada município os Conselhos levantariam a demanda e determinariam as prioridades. Ressaltou que o Conselho Municipal do Trabalho de Londrina tem insistentemente solicitado apoio da SERT no sentido de patrocinar a realização de uma pesquisa de emprego

e desemprego em Londrina, uma vez que o resultado dessa pesquisa ajudaria em muito o CMT na definição das prioridades de qualificação profissional.

- José Carlos Gomes Carvalho ressaltou que a pesquisa é importante não só para a região de Londrina, mas para todo o Estado. Enfatizou que o FAT é algo recente e com a sua criação, os Estados foram se organizando, sendo que no Paraná faltam apenas 6 Conselhos para fechar em 100% de municípios com Conselhos instalados, sendo isto fruto de trabalho da equipe técnica da casa e dos outros secretários. A SERT está se modernizando para enfrentar este momento em que a reestruturação produtiva exige trabalhadores mais qualificados, e neste sentido a pesquisa sobre o mercado de trabalho é fundamental para definir qual o foco principal a ser atacado pelas ações de qualificação. Enfatizou que a questão da pesquisa sobre mercado de trabalho é algo que mais cedo ou mais tarde o CET terá que enfrentar, pois interessa não somente a Londrina mas a todos. Informou que já vem discutindo internamente a necessidade da realização de uma pesquisa Estadual sobre o Mercado de Trabalho.

- Samir Cury Eide manifestou uma preocupação do CMT de Londrina quanto aos recursos aplicados pelo Brasil Empreendedor, pois não é o grande volume aplicado que demonstra a aplicação ideal em cada município. A preocupação é de que, como estas operações não passam mais pelo filtro do Conselho Municipal, possa estar acontecendo um atendimento baseado no "clientelismo", ressaltando ser esta apenas uma preocupação e não uma acusação. Informou que quando o proponente apresentava o projeto para o CMT, ele tinha um comprometimento maior com a geração de novos empregos e que no CMT havia um comissão especificamente constituída para analisar estas propostas, não do ponto de vista do cadastro do cliente, mas da geração de novos postos de trabalho.

- José Carlos Gomes Carvalho concordou com as ponderações feitas pelo Sr. SAMIR, afirmando que este quadro está acontecendo por falta de habilidade do MTE. Informou que foi convidado a participar do lançamento do programa Brasil Empreendedor, e que este programa buscava atender o pequeno e micro empresário, clientela que sempre reivindicou este tipo de financiamento. Na primeira reunião em que participou no MTE como Secretário de Estado, foi informado de que o MTE não teria qualquer participação no programa Brasil Empreendedor, e que na oportunidade manifestou o seu descontentamento por entender que o Ministério do Trabalho deveria estar junto na implementação desse programa, até para repassar orientações para as Secretarias de Estado de Emprego e Conselhos Municipais do Trabalho, sendo que neste momento o MTE está indo a reboque do programa.

- Samir Cury Eide registrou sua satisfação em perceber que o CET, na pessoa do Presidente, também está sensibilizado com esta questão e destacou a preocupação com o esvaziamento da função dos Conselhos Municipais do Trabalho.

- José Carlos Gomes Carvalho disse que neste momento o que a SERT poderá fazer é colocar esta preocupação para o Ministério do Trabalho, o que já vem fazendo nas últimas reuniões. José Carlos Gomes Carvalho, ao ser questionado pelo presidente do CMT de Londrina, se não seria possível o CODEFAT, através de uma Resolução, determinar que os projetos do Brasil Empreendedor também recebem a aprovação dos Conselhos Municipais do Trabalho, informou que esta questão nada tem a ver com o CODEFAT e sim com o Ministério do Trabalho, a quem continuará insistindo para que se insira no programa.

- Heitor Rubens Raimundo informou que acompanhou este debate na reunião do CMT de Londrina, e lembrou que o CET aprovou uma resolução onde corretamente definiu que não seria papel dos Conselhos Municipais ficar analisando projetos. Porém enfatizava que em Londrina tinha um sistema de financiamento a pequeno e médio empresário em que o critério fundamental era a geração de emprego. Na discussão todos estavam de acordo que não caberia ao CMT analisar projetos, e que isto seria uma atribuição dos agentes financeiros, mas que seria necessário garantir que haja um fluxo de informação de todos os

projetos aprovados, uma vez que mesmo tendo uma resolução do CODEFAT determinando este fluxo de informações os agentes financeiros não o fazem.

- José Carlos Gomes Carvalho propôs o envio de uma correspondência ao Ministério do Trabalho, manifestando a preocupação do Conselho Estadual do Trabalho com os procedimentos do programa Brasil Empreendedor, o qual não tem o acompanhamento dos Conselhos Municipais do Trabalho, e o não cumprimento pelos agentes financeiros do compromisso de manter um fluxo de informações para os Conselhos de todas as operações realizadas com recursos do FAT.
- Heitor Rubens Raimundo concordou com a proposição do presidente e solicitou que a CGE, através do seu Coordenador, entrasse em contato com os agentes financeiros para que os mesmos apresentem um relatório dos projetos aprovados, indicando o valor liberado e o número de empregos gerados.
- Samir Cury Eide enfatizou que é necessário não só o acompanhamento dos recursos já liberados, mas que os CMTs retomem a discussão para a aprovação desses projetos. Uma outra preocupação do CMT de Londrina é com relação ao PEQ/2000, uma vez que foi feita uma grande mobilização das entidades do município para levantamento da demanda prioritária para Qualificação Profissional, e que entidades que não participaram dessa mobilização foram atendidas diretamente pela SERT, em detrimento à demanda apresentada por outras entidades e aprovadas pelo CMT, sendo que esta atitude é bastante desmotivadora para os Conselhos Municipais. Informou que as entidades que conseguiram aprovação da sua demanda, diretamente com a SERT, jamais teriam seus projetos reprovados pelo Conselho Municipal, mas o fato de não terem sido consultados lhes causou um certo constrangimento.
- José Carlos Gomes Carvalho disse ser muito procedente esta preocupação do CMT de Londrina e recomendou aos técnicos da área para que em outras situações como esta o Conselho Municipal seja devidamente envolvido.
- José Carlos Trizotti informou da sua participação no Seminário promovido pela FLACSO, e que a grande questão discutida era o levantamento das demandas de qualificação, e lembrou que no levantamento da demanda é necessário considerar as realidades locais, mas é preciso também respeitar o que se deslumbra a nível de Estado, e que sem enfraquecer o papel dos Conselhos Municipais do Trabalho, a demanda a ser atendida deve considerar a perspectiva de um desenvolvimento a nível regional e estadual.
- José Carlos Gomes Carvalho, concordando com todas as considerações levantadas, disse que a SERT cometeu um erro de comunicação, e que pretende implantar na SERT um sistema de comunicação ON LINE, com maior fluência. Agradecendo a participação do Presidente do Conselho Municipal do Trabalho, ressaltou a importância do debate dizendo que desta forma o objetivo da participação dos CMTs nas reuniões do CET estava se coroando de êxito. De imediato passou a palavra para o Sr. Manoel Pacífico da Costa, Secretário Executivo do CMT de São José dos Pinhais.

Item 06 – Relato do Presidente do Conselho Municipal de São José dos Pinhais

- Manoel Pacífico da Costa, Secretário Executivo do CMT de São José dos Pinhais, disse da satisfação em participar desta reunião, e justificou que por motivos de outros compromissos o presidente do CMT não pode se fazer presente. Iniciou agradecendo todo o apoio que a SERT tem dado ao Conselho Municipal do Trabalho e à Agência do Trabalhador de São José dos Pinhais. Registrou também que a prefeitura Municipal tem prestado total apoio às iniciativas daquele Conselho na pessoa do Secretário Municipal de Indústria e Comércio Sr. Idilberto Valesk. Informou que o CMT de São José dos Pinhais, além de ter sido o primeiro Conselho Municipal instituído no Paraná, foi o primeiro a ter um representante dos trabalhadores na presidência. O CMT é bastante representativo, tendo a participação dos maiores sindicatos patronais e de trabalhadores, além da Federação das Associações de Moradores de São José dos Pinhais. O CMT já promoveu alguns seminários para discutir assuntos relacionados ao mercado de

trabalho, sendo que do primeiro surgiu um banco de dados sobre acidentes no mercado de Trabalho. Destacou a realização de um seminário que analisou o Cenário Econômico e suas Potencialidades, onde se discutiu a possibilidade do desenvolvimento da piscicultura em São José do Pinhais, lembrando o importante papel do técnico da ULT Sr. Laércio Souto Maior. Informou que o CMT tem discutido várias questões que dizem respeito ao mercado de trabalho do município, como é o caso do Proger, problemas do setor moveleiro, bacia leiteira, etc. Enfatizou a preocupação do CMT com a questão do micro crédito em que os agentes financeiros não atendem à clientela específica. Sugeriu ao Secretário que quando o Governo do Estado assinar protocolo de intenções com novas empresas que desejam se instalar no Paraná, inclua uma cláusula onde conste que a Intermediação de Mão de Obra será feita pelas Agências do Trabalhador. Registrou que a Agência do Trabalhador de São José completou 11 anos e que tem tido um bom desempenho graças ao bom relacionamento com o Conselho Municipal. Convidou a Sra. Silmara, para que a mesma falasse dessa experiência.

- Silmara do R. Cruz ratificou a importância do apoio que o CMT tem dado aos trabalhos da Agência do Trabalhador, sendo que o papel do Conselho não é só discutir o PROGER, mas apontar caminhos para o município. Informou que a Agência tem uma média de 70% de aproveitamento das vagas e já conta com 6800 colocados, e que para este bom desempenho o apoio da SERT tem sido fundamental.
- José Carlos Gomes Carvalho parabenizou a equipe de São José dos Pinhais pelo excelente trabalho, dizendo que os Conselhos devem estar discutindo atividades mais amplas e mais interessantes para o município. Informou que, com relação ao micro crédito, as discussões com a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família para a criação de uma entidade para cuidar desse assunto já estão bastante adiantadas. O presidente José Carlos Gomes Carvalho enfatizou que considera o Conselho Estadual do Trabalho e os Conselhos Municipais os órgãos mais importantes da SERT, pois a participação tripartite possibilita uma visão mais ampla para a aplicação dos recursos do FAT. Informou que pretende trazer ao Paraná o Consultor Luiz de Almeida Marins, para fazer um trabalho de motivação aos Conselheiros, a fim de desenvolver a sinergia necessária para o fortalecimento das ações.

Item 07 - Informes Gerais

- Heitor Rubens Raimundo fez um apelo ao Secretário José Carlos Gomes Carvalho que interceda junto ao Governador Jaime Lerner, no sentido de ouvir as reivindicações dos servidores públicos do Paraná, que estão há mais de 5 anos sem qualquer tipo de reajuste ou reposição salarial. Informou que segundo dados das entidades sindicais dos Servidores Públicos, o impacto do reajuste solicitado seria de 3,3% na folha de pagamento, o que não comprometeria as finanças do Estado. Registrou que as entidades sindicais estão descontentes com os interlocutores do Governador que não possibilitam um diálogo aberto e sincero. Disse que o atual governo está virando as costas para o Servidor Público e que falta melhoria nas condições de trabalho.
- José Carlos Gomes Carvalho – aceitou a incumbência solicitada pelo conselheiro Heitor, mas solicitou que o mesmo lhe fornecesse os dados de que dispunha, com os quais irá discutir com o Secretário da Fazenda. Ressaltou que o Governo do Estado se propôs a fazer uma grande transformação na economia do Paraná e que o nosso setor automobilístico já é um dos maiores do Brasil. A prioridade agora é pagar as contas, acertar o salário dos professores bem como de outros setores.
- Heitor Rubens Raimundo assumiu o compromisso de repassar para o Secretário todos os dados que as entidades Sindicais levantaram, bem como as suas reivindicações.
- João Batista Correa manifestou a sua discordância com o valor pago para a hora/aula dos cursos de qualificação, sendo que este valor além de ser pequeno é o mesmo para todos os municípios. Manifestou ainda sua preocupação com a retomada do Proger Professor, pois teve informações de que os professores só

poderiam comprar equipamentos de empresas que tivessem a certificação ISO 9000, e que isto lhe parecia reserva de mercado.

• José Carlos Gomes de Carvalho – informou que o assunto deverá ser esclarecido pela CGE na próxima reunião. Esgotada a pauta e, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo Presidente, o Secretário José Carlos Gomes Carvalho, que agradeceu a presença e a colaboração de todos os Conselheiros e visitantes, da qual, para constar o registro, eu José Maurino de Oliveira Martins- Secretário Executivo do CET, lavrei a presente ata, que será assinada por mim. Curitiba, 02 de junho de 2000.

SÍNTESE DE ENCAMINHAMENTOS/PENDÊNCIAS ORIUNDOS DA PRESENTE ATA:

Assunto Encaminhamento Data/prazo Responsável
Resolução 139/00 Publicação DIOE imediato Secretaria Executiva
Brasil Empreendedor/CMT Ofício ao Ministro Até próxima reunião Gabinete
Proger/Professor Esclarecer ISO/9000 Próxima reunião CGE
Protocolo de Intenção Cláusula de Intermediação pelas Agências Ação constante
GABINETE
CASA CIVIL